

**PORTARIA Nº 317/2015**

Dispõe sobre aposentadoria de servidora.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8501941-22.2015.8.06.0000, RESOLVE aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, a partir de 04 de fevereiro de 2015, REGINA MARIA NUNES GUERRA no cargo de Técnico Judiciário, referência SPJNME-08, matrícula nº 93140/1-6, nos termos do art. 3º, incisos I e II e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2005, ATRIBUINDO-LHE os proventos mensais no valor total de R\$ 24.602,62 (vinte e quatro mil, seiscentos e dois reais e sessenta e dois centavos), abaixo discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 15.748/2014) – SPJNME-08 – 40 horas	R\$ 9.016,45
(Nove mil e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos)	
Progressão Horizontal – 35% (Art.43, §1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 3.155,75
(Três mil, cento e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos)	
Vantagem Pessoal (Lei estadual nº 11.171/86)	R\$ 1.557,13
(Hum mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e treze centavos)	
Gratificação por Alcance de Metas (GAM) – 30% (Arts. 11, 14, 15 e 16 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 2.704,93
(Dois mil, setecentos e quatro reais e noventa e três centavos)	
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 1.447,32
(Hum mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos)	
Parcela Individual Complementar (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 6.721,04
(Seis mil, setecentos e vinte e um reais e quatro centavos)	
TOTAL	R\$ 24.602,62
(Vinte e quatro mil, seiscentos e dois reais e sessenta e dois centavos)	

tudo de conformidade com a legislação acima explicada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 12 dias do mês de fevereiro de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

Autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conforme Resolução nº 05552/2021, em sessão datada de 15 de setembro de 2021, o registro tácito do ato de aposentadoria para REGINA MARIA NUNES GUERRA, com fundamento no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553 do STF.

PORTARIA Nº 998/2015

Dispõe sobre aposentadoria de servidora.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 0074428-64.2007.8.06.0001(2007.0024.2295-4), **RESOLVE** aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, a partir de 20 de setembro de 2007, MARIA DE FÁTIMA PENHA BARROS LEAL MALVEIRA no cargo de Analista Judiciário Adjunto de Entrância Especial, referência AJ-38, Matrícula 93434.1/5, nos termos do art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2005, **ATRIBUINDO-LHE** os proventos mensais, abaixo discriminados:

I – a partir de 20 de setembro de 2007, no valor de R\$ 17.087,26 (dezessete mil, oitenta e sete reais e vinte e seis centavos), a seguir discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 13.953/2007) AJ-38	R\$ 945,54
--	------------



(Novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)	
Gratificação de Exercício - 100% (Lei estadual nº 11.488/88)	R\$ 945,54
(Novecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)	
Progressão Horizontal - 20% (Art.43, § 1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 189,10
(Cento e oitenta e nove reais e dez centavos)	
Gratificação de Risco de Vida - 40% (Lei estadual nº 10.759/82)	R\$ 378,21
(Trezentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos)	
Vantagem Pessoal (Lei estadual nº 11.171/86)	R\$ 3.075,83
(Três mil, setenta e cinco reais e oitenta e três centavos)	
Gratificação Judiciária - 40% (Lei estadual nº 11.715/90)	R\$ 378,21
(Trezentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos)	
Parcela Complementar Irredutibilidade de Salário	R\$ 12.103,27
(Doze mil, cento e três reais e vinte e sete centavos)	
SUBTOTAL	R\$ 18.015,70
(Dezoito mil, quinze reais e setenta centavos)	
Adequação Vencimental – Art. 5º da Lei nº 13.771/2006	-R\$ 928,44
(Novecentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos)	
TOTAL	R\$ 17.087,26
(Dezessete mil, oitenta e sete reais e vinte e seis centavos)	

II – a partir de 14 de janeiro de 2008, no valor de R\$ 17.685,87 (dezessete mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), a seguir discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 13.953/2007) AJ-39	R\$ 992,81
(Novecentos e noventa e dois reais e oitenta e um centavos)	
Gratificação de Exercício - 100% (Lei estadual nº 11.488/88)	R\$ 992,81
(Novecentos e noventa e dois reais e oitenta e um centavos)	
Progressão Horizontal - 20% (Art.43, § 1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 198,56
(Cento e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos)	
Gratificação de Risco de Vida - 40% (Lei estadual nº 10.759/82)	R\$ 397,12
(Trezentos e noventa e sete reais e doze centavos)	
Vantagem Pessoal (Lei estadual nº 11.171/86)	R\$ 3.075,83
(Três mil, setenta e cinco reais e oitenta e três centavos)	
Gratificação Judiciária - 40% (Lei estadual nº 11.715/90)	R\$ 397,12
(Trezentos e noventa e sete reais e doze centavos)	
Parcela Complementar Irredutibilidade de Salário	R\$ 12.173,21
(Doze mil, cento e setenta e três reais e vinte e um centavos)	
SUBTOTAL	R\$ 18.227,46
(Dezoito mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos)	



Adequação Vencimental – Art. 5º da Lei nº 13.771/2006	-R\$ 541,59
(Quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e nove centavos)	
TOTAL	R\$ 17.685,87
(Dezessete mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos)	

tudo de conformidade com a legislação acima explicada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 28 dias do mês de abril de 2015.

Maria Iracema Martins do Vale

Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

Autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conforme Resolução nº 04596/2021, em sessão datada de 06 de setembro de 2021, o registro tácito do ato de aposentadoria para MARIA DE FÁTIMA PENHA BARROS LEAL MALVEIRA, com fundamento no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553 do STF.

PORTARIA Nº 1121/2015

Dispõe sobre aposentadoria de servidor.

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8505858-46.2015.8.06.0001, **RESOLVE** aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, a partir de 22 de abril de 2015, **JOÃO BATISTA ISABEL E SILVA** no cargo de Técnico Judiciário, referência SPJNME08, Matrícula nº 93878/1-1, nos termos do art. 3º, incisos I e II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, publicada no Diário Oficial da União, de 6 de julho de 2005, **ATRIBUINDO-LHE** os proventos mensais, no valor total de R\$ 15.172,68 (quinze mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos), abaixo discriminados:

Vencimento (Lei estadual nº 15.748/2014) SPJNME08	R\$ 9.016,45
(Nove mil e dezesseis reais e quarenta e cinco centavos)	
Progressão Horizontal – 15% (Art.43, §1º da Lei estadual nº 9.826/74)	R\$ 1.352,46
(Hum mil, trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos)	
Gratificação Por Alcance de Metas (GAM) - 30% (Art. 11 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 2.704,93
(Dois mil, setecentos e quatro reais e noventa e três centavos)	
Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 1.447,32
(Hum mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos)	
Parcela Individual Complementar (Art. 10 da Lei estadual nº 14.786/2010)	R\$ 651,52
(Seiscentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos)	
TOTAL	R\$ 15.172,68
(Quinze mil, cento e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos)	

tudo de conformidade com a legislação acima explicada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, aos 11 dias do mês de maio de 2015.

Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale

Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará

Autorizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, conforme Resolução nº 04119/2021, em sessão datada de 01 de setembro de 2021, o registro tácito do ato de aposentadoria para JOÃO BATISTA ISABEL E SILVA, com fundamento no Recurso Extraordinário (RE) nº 636.553 do STF.